



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
GABINETE DO COMANDANTE
(GABINETE DO MINISTRO DA GUERRA)**

**DIEx nº 122-A2.3/A2/GabCmtEx - CIRCULAR
EB: 64536.003832/2020-74**

Brasília, DF, 16 de fevereiro de 2020.

Do Chefe do Gabinete do Comandante do Exército

Ao Sr Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Vice-Chefe do Departamento-Geral do Pessoal, Vice-Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia, Vice-Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército, Vice-Chefe do Departamento de Engenharia e Construção, Subsecretário de Economia e Finanças, Subcomandante Logístico, Subcomandante de Operações Terrestres, Chefe do Centro de Inteligência do Exército, Chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, Secretário-Geral do Exército, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Norte, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Nordeste, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Oeste, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Sudeste, Chefe do Estado Maior do Comando Militar do Sul, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Leste, Comandante Militar do Planalto

Assunto: contagem de prazos processuais no âmbito de Processos Administrativos

Anexo: Parecer nº 00112/2019/DECOR/CGU/AGU, de 14 JAN 20

1. Encaminho o Parecer anexo, aprovado pelo Despacho nº 00039/2020/GAB/CGU/AGU, de 20 JAN 20, da Consultoria-Geral da União (CGU), para conhecimento, ampla divulgação e adoção do entendimento nele exposto.

2. Segundo a uniformização de tese firmada pela CGU, são inaplicáveis, subsidiária ou supletivamente, as normas do Código de Processo Civil ao dia de início da contagem de prazos processuais administrativos, que consoante disposição expressa dos art. 59 e 66, da Lei nº 9.784/1999, iniciam na data da ciência oficialmente dada ao interessado de ato administrativo pertinente, revelando-se desimportante a data da juntada aos autos de eventual aviso de recebimento dos Correios.

3. Salienta-se, por oportuno, que os processos administrativos específicos regidos por normas próprias, que estabeleçam procedimento diverso do uniformizado pelo Parecer em questão, continuam a ser regidos por suas regras particulares em razão do disposto com o art. 69 da citada Lei nº 9.784/1999.

Por ordem do Comandante do Exército.

Gen Div FÁBIO BENVENUTTI CASTRO
Chefe do Gabinete do Comandante do Exército

**"INTENDÊNCIA: SOLDADO DO ACANTO,
UM SÉCULO DE EXCELÊNCIA NA LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE"**